Fórum Social Mundial

Belém do Pará, Brasil 2009

Seminário: Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Migração numa perspectiva de gênero
Fórum Social Mundial - WSF 2009
Fecha: 30 de enero 2009
Sitio: UFRA/ Prédio Bloco b/ B 002
Turno 1: 8:30 a las 12:00h

Título do artigo: [Sobre os fatores que reforçam a existência das redes de tráfico de migrantes: de que maneira contribuimos?](#)

Nome da autora:
[Patricia P. Gainza](#)

Apresentação da autora:

Patricia P. Gainza é migrante, socióloga y maestrando do Departamento de Sociologia da Universidade da República, Montevideo, Uruguay / Trabalha como pesquisadora em REDES- Friends of the Earth / Coordenadora do Espaço Sem Fronteiras, Articulação da Coordenação Regional e integrante do Grupo de Trabalho Migrações da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento.

Resumo do artigo:

A complexidade da trata de pessoas e do tráfico de migrantes se vê reforçada pelas realidades econômicas, sociais, culturais e familiares que aprofundam o fenômeno. É por isso que fazemos estresse nos fatores que se devem reunir, analisar e combater nossas próprias sociedades para poder fazer frente a estas flagellas.

Ao redor do mundo crescem os movimentos migratórios e diminuem os direitos humanos das pessoas migrantes. Nos últimos anos as fronteiras nacionais e os diferentes muros tem-se consolidado. Estes cenários contribuem a uma maior vulnerabilidade de direitos para os homens e as mulheres migrantes; assim como ao fortalecimento das organizações delitivas que se vêm beneficiadas dessas situações. Os muros são a resposta dos países ricos aos graves problemas estruturais que também são sua responsabilidade por ações e omissões de seus estados no mundo.

Abstract:

Human and migrants trafficking is a complex issue, intensified by economic, social, cultural and family factors. We focus on the aspects that should be addressed, reviewed and tackled in our own societies in order to combat these problems.

Migratory movements are growing around the world, while the guarantees to the enforcement of the migrants' rights decrease. National borders and walls of different kinds have been consolidated in the recent years. These scenarios contribute to a greater vulnerability of the rights of migrant men and women; while they also reinforce criminal organizations that benefit from these situations. The walls are the rich countries' answer to serious structural problems, which to a great extent, are the result of the actions or omissions of the States around the world. This article aims to explain how and why the enforcement of the migrants' rights strengthens the struggle against people trafficking and male and female slave work.

Palavras-chave:

Dereitos humanos, Políticas migratórias, mulheres migrantes, tráfico de migrantes

Sobre os fatores que reforçam a existência das redes de tráfico de migrantes:

de que maneira contribuímos? ¹

Patricia P. Gainza

No contexto internacional existe uma proliferação de políticas migratórias repressivas como a “*Diretiva Retorno*” e os Programas de Migração seletiva,² ou de outro tipo como a “*Doutrina da Segurança Nacional*”, que repercute na situação das pessoas migrantes de maneira direta. Assim contribuem ao agravamento geral das condições de vida das pessoas migrantes e ao fortalecimento das redes delitivas. A “*Diretiva de retorno reforça o processo de segregação entre as nações, formaliza a discriminação e revive o fantasma da xenofobia e o projeta a nível global*”.³

Durante algumas décadas os governos e as agências internacionais disseram que o evento migratório era uma decisão individual. Esta visão ficou superada. Os processos migratórios são conseqüências de decisões políticas, econômicas e sociais que se resolvem de maneira diferente de acordo com as condições pessoais. “*Os fluxos provenientes dos países subdesenvolvidos não proliferam ao acaso. Rastream conexões bem estabelecidas, cujas raízes se encontram no colonialismo, na guerra, na ocupação militar, no recrutamento*

para o trabalho e na penetração econômica”.⁴

Os direitos humanos consagrados pelos instrumentos internacionais devem ser respeitados e garantidos pelos Estados às todas as pessoas sob sua jurisdição. Isto implica também a obrigação de adoção das medidas necessárias para a criação de condições.

A atual crise das migrações, não é mais que uma “*crise das relações Norte-Sul provocada pelas diferenças no desenvolvimento e a grande desigualdade. O controle da migração principalmente se trata de regulamentar as relações Norte-Sul*” como disse Castles.⁵

As políticas de migração ordenadas e seletivas são uma outra forma de discriminação. As formas de migração seletiva tendem a dar prioridade aos interesses da economia global sobre os direitos dos trabalhadores temporais. As migrações temporais são uma prioridade para os países de acolhimento, assim garantem a mão-de-obra requerida (particularmente do setor agrícola e dos serviços) sem ter

¹ O presente artigo foi apresentado no Terceiro Fórum Social Mundial, Confêrencia no Seminário: “Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Migrações em uma perspectiva de gênero”, SoDireitos., Belém do Pará, Brasil, 30 de janeiro de 2009

² Juárez, Vilma, Zully Laverde y Patricia P. Gainza (2008). Conferença: *Causas y consecuencias de las nuevas políticas de retorno forzado en los derechos de las personas migrantes.*

³ Comunicado de imprensa de ONGs: *Un fantasma recorre Europa: la operación retorno*, p.1.

⁴ Mármora, Lelio (2007). *Las políticas de migraciones internacionales*, p.37.

⁵ Castles, Stephen (2004). *Por qué fracasan las políticas migratorias.*

que responder as exigências que requer uma migração definitiva. Estes trabalhadores são altamente vulneráveis.⁶

Além da condição legal -regular ou irregular- das pessoas migrantes, nas sociedades de acolhimento, esta classificação torna invisível as complexas e diversas maneiras da exploração do trabalho que surgem nos trabalhos das (dos) migrantes. Os constantes esforços para regularização dos documentos e a estadia convertem-se num fim em si mesmo e passa a um segundo plano a exploração do trabalho e a discriminação que prevalecem, uma vez regularizados.⁷

Os paradoxos de algumas políticas migratórias

Um dos casos paradigmáticos na reafirmação das fronteiras é a parede que os Estados Unidos estão construindo na sua fronteira sul com o México. O Departamento de Segurança dos Estados Unidos tinha, em um orçamento de 12,000 milhões de dólares para proteger a fronteira.

O território mexicano é o caminho vinculado para muitas pessoas que fazem sua viagem terrestre rumo à América a partir de alguns países da América Central (sobretudo da Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua).

A fronteira entre o México e a Guatemala, é uma região de constantes

violações aos direitos humanos, primeiro por parte das próprias autoridades locais; segundo, pelas organizações criminosas, relacionados ao contrabando de pessoas. Esta zona tinha-se coberto de postos de controle, operações policiais para deportações massivas, centros de detenção e operações de deportação, e a maioria das interceptações a migrantes ocorrem dentro do território mexicano e não na fronteira.

Enquanto o governo mexicano exige aos E.U.A. políticas migratórias que respeitem os cidadãos e cidadãs mexicanos, omite o controle e acompanhamento de suas autoridades a respeito aos migrantes no trânsito.

Também a atual presença de entre onze e doze milhões de trabalhadores migrantes “não autorizados” no território estadunidense é um reflexo mais da hipocrisia social e política dos E.U.A., que não oferece políticas migratórias de regularização, mas sim aceita o benefício do trabalho migrante. A Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) no seu documento EEUU-México. Muros, abusos y muertos en las fronteras, calcula que nos últimos cinco anos, o número de estrangeiros e estrangeiras sem documento que ingressou no país é superior a 500 mil pessoas por ano; durante o mesmo período, o número de vistos do trabalho autorizados que expediu no país foi de 5 mil ao ano.

Mais uma vez somos confrontamos com

⁶ Outro aspeto trascendente da migração seletiva é aquela de pessoal calificado ou altamente calificado, que não necessariamente é o caso das populações vulneráveis.

⁷ De todas formas, achamos que a regularização das pessoas migrantes é um ato de justiça social, que dota de identidade aos imigrantes em situação legal irregular, os protege de abusões e os habilita para uma inserção efetiva na sociedade receptora.

uma situação em que as redes criminosas de contrabando de pessoas desenvolvem estratégias mais sofisticadas para escapar das autoridades que são especialmente arriscadas para a maioria dos migrantes. Reduz-se o número de rendimento regular no país, mas não os números de rendimento irregular.

O mesmo acontece com a União Europeia com a criação da FRONTEX,⁸ em 2004. A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX do francês *Frontières extérieures*).⁹

Nas Ilhas Canárias (principal receptor de migrantes da África) as entradas de imigrantes ilegais diminuiu 56% entre 2006 e 2007. No entanto, a migração continua. As alterações são devidas as longas rotas migratórias (saem de pontos mais distantes, como Guiné e Senegal, navegam pela costa, utilizando embarcações pequenas e rápidas. A eleição de novos destinos e rotas aumenta os riscos.

TLCs - AdAs e agronegócios

Analisando-se a realidade migratória do nosso continente e os principais aspectos envolvidos é inevitável considerar as causas estruturais que produzem e o mantém. O atual sistema econômico constantemente exclui contingentes de homens e mulheres que tem que mudar seu ambiente para sobreviver.

O atual modelo econômico e de produção que tem nos Acordos de Livre Comércio (ALC) e Acordos de Associação (AdAs) uma de suas principais formas de difusão do comércio livre, tem pregado a necessidade de eliminar barreiras comerciais e permitir a livre circulação de bens, serviços e capitais. Mas estas regras não se aplicam aos países do Norte, que continuam a proteger a sua produção, ou para as pessoas do sul que não podem circular livremente. As grandes corporações estadunidenses e europeias utilizam estas ferramentas como uma forma contemporânea de colonialismo econômico que empobrecem ainda mais os países que geram as massas de imigrantes.

Especificamente em nosso continente, o modelo agroindustrial expandido consolida a pobreza e deslocamento, ou migração forçada, dos agricultores e pequenos produtores de seus locais de origem para os subúrbios das cidades ou para vender o seu trabalho em campos agrícolas. Por trás da expansão deste modelo estão importantes empresas e governos do Norte. O investimento nos agronegócios (incluindo a monocultura de soja, palma e eucalipto) estão gerando novas formas de deslocamento e marginalização, como resultado de processos de “estrangeirização” e

⁸ FRONTEX reafirma a segurança nas fronteiras, assegurando a coordenação dos Estados-Membros na gestão das fronteiras externas, auxilia os Estados-Membros na formação das guardas de fronteira nacionais, mantém um registro da evolução da investigação relacionada com o controlo e vigilância das fronteiras externas, auxilia os Estados-Membros quando necessitam dum aumento da assistência técnica e operacional nas fronteiras externas, e proporciona o apoio necessário na organização de operações conjuntas de regresso.

⁹ Dean, Matteo, *Frontex Europa*.

concentração da propriedade e posse da terra.

As agroindústrias empregam menos trabalho do que outras produções e dependem da concentração de grandes extensões de terra para desenvolver-se, deixando as famílias ao lado da produção nos pequenos lotes, que também prejudicam a soberania alimentar.¹⁰

Uma forma de exclusão social: xenofobia

A exclusão dos imigrantes e particularmente a xenofobia com que são recebidos -como uma das formas de violência-, em muitos casos, constituem em um isolamento que leva ao estabelecimento de relações com organizações criminosas ou, na maioria dos casos não são capazes de quebrar as já existentes.

As circunstâncias dos fluxos migratórios (imigração ou emigração) marcam o caráter da mesma. Por um lado, esta a migração é motivada por razões econômicas e industriais, onde a percepção é de uma decisão voluntária (embora isso não ocorra na maioria dos casos) e uma migração forçada, por razões que envolvem medo de agressão, eliminação física, perda de

liberdades, as que estão ligadas a conflitos armados, etc.

Estas formas de migração são decodificadas e vistas pela população de diferentes maneiras. Marmora¹¹ classifica as imagens de emigração como: imagem de perda, abandono, descompressão e purificação. As imagens de “perda” e “deserção” tem conotação positiva do migrante. Em vez da “descompressão” e de “purificação”, muitas vezes confinados a setores governamentais, são negativos e estão espalhados no resto da sociedade através da manipulação da opinião pública.¹²

As diversas formas de xenofobia mudam as suposições a autoafirmações da identidade em troca de “os outros” que não só são diferentes, mas menores, e isso permite justificar sua exclusão, exploração, etc.

¹⁰ Por exemplo, no Uruguai, no 2000, 79% dos empreendimentos produtivos foram de famílias uruguaias, no 2006, quase um quarto das terras produtivas mudaram de mãos.

¹¹ Marmora, Lelio (2007). Las políticas de migraciones internacionales, OIM, Alianza Editorial, Buenos Aires, Argentina.

¹² As imagens ligadas à migração. Pode ser válida, para o nativo que volta ou o estrangeiro que chega. Pode ser positivo como *xenofilia* (o estrangeiro é objecto de um exagero), ou negativo como a *xenofobia* (negativo preconceito contra estrangeiros) *exofobia* (preconceito contra as minorias da sociedade global), *endofobia* (rejeição ao próprio grupo de filiação).

Marmora identifica, pelo menos, três tipos de formas xenofóbicas: latente preconceito, discriminação institucionalizada e combates tribais. Xenofobia também pode ser apoiado por um outro tipo de preconceito: biológico que conduz ao *racismo*, cultural que leva ao *integrismo*, religioso que se manifesta como o *fundamentalismo*, nacional que se expressa com o *chauvinismo* e social que transparece no *classismo*.

Conflitos não resolvidos: recuperação do trabalho reprodutivo

Mais de trinta milhões de pessoas migraram dentro e fora da América Latina e no Caribe nas últimas duas décadas. Este volume inclui 5% da população total do continente, sendo que a metade são mulheres.¹³

Embora neste processo, as mulheres possam ter níveis mais elevados de autonomia, na maioria dos casos não se alteram as relações desiguais entre os gêneros. Tanto nos países de origem, como no destino, é reproduzindo os mesmos padrões de exploração e subordinação feminina inerentes à lógica do sistema capitalista e patriarcal.

Os dados disponíveis mostram que os principais fluxos intra-regionais são predominantemente femininos: colombianas na Venezuela, nicaraguenses na Costa Rica, colombianas no Equador, peruanas no Chile e Uruguai, paraguaias na Argentina.¹⁴ Nas regiões fronteiriças, os movimentos do tipo rural-rural orientados para as atividades agrícolas são predominantemente masculinos. Em contraste, às correntes que vão para as cidades, a maioria são mulheres, do mesmo modo, as pessoas deslocadas pelo conflito armado, como no caso da Colômbia.

Mais de um quarto dessas mulheres migrantes (27%) estão empregadas no

serviço doméstico e certas nacionalidades têm uma percentagem ainda mais elevada: colombianas, guatemaltecas, nicaraguenses, peruanas e paraguaias.

As migrantes latino americanas nos países de destino são exigidas para a realização do trabalho que as mulheres locais não realizam, como empregadas domésticas ou no cuidado de crianças e de idosos. Este é o resultado de mudanças sociais, como a incorporação da mulher no mercado de trabalho, mas na maioria dos casos não é acompanhada por uma reforma onde o Estado assumira a responsabilidade social do trabalho de cuidado. A sociedade de acolhimento transfere o problema não resolvido do trabalho reprodutivo e dos cuidados das mulheres locais para as mulheres imigrantes. Isto só vai para reafirmar os papéis (em ambos os grupos de mulheres) e as consequentes injustiças sociais e condições que isto produz. As mulheres imigrantes nos países de acolhimento enfrentam um triplo fardo: fazer os trabalhos domésticos em casa, trabalhar fora das suas casas e, em muitos casos manter economicamente a família nos países de origem.

As possibilidades para as mulheres imigrantes de obter uma autorização de residência são menores que para os homens segundo o INSTRAW,¹⁵ embora alguns estudos mostrem que as mulheres são mais susceptíveis do que os homens para permanecer nos países

¹³ Gainza, Patricia, Conferência: *Inserción de las migraciones latinoamericanas en las migraciones globales: ¿cómo migran las y los latinoamericanos?* (Atualização da magnitude da migração na América Latina).

¹⁴ GTM - PIDHDD (2008). Pesquisa Relatório sobre Direitos Humanos: *I Informe Migraciones y Derechos Humanos*.

¹⁵ Ramírez, Carlota et al. *Cruzando fronteras: Remesas, género y desarrollo*.

receptores.

A integração de redes sociais é mais limitado para as mulheres migrantes, como dito anteriormente. Empregadas principalmente na esfera privada, muitas vezes com responsabilidades familiares, sem sua maioria, estão em situação irregular o que resulta em isolamento, ignorância e desinformação, que torna difícil o relacionamento com as comunidades de origem e de acolhimento.

A feminização da migração, não resultou em uma perspectiva de gênero em estudos do fenômeno ou tratamento diversificado pela Política Pública. É necessário que o trabalho reprodutivo e de cuidado seja reavaliado e redimensionado seu valor social. Além disso, a sociedade toda através do Estado, deve pagar por este trabalho que foi tomado somente pelas mulheres. Para isso precisamos de políticas sociais redistributivas.

A migração pode levar as mulheres migrantes a uma autonomia econômica, novos espaços para a participação social e ao aumento da potência para a tomada de decisões, mas em paralelo se desenvolvem novas formas de controle social que muitas vezes impede essa alteração. É essencial que os governos criem conhecimentos diferenciados e políticas de

desenvolvimento com equidade e igualdade entre homens e mulheres migrantes.¹⁶

Situação Intra-regional

Os direitos de homens e mulheres migrantes são violados, não só pelos países de destino fora da região, como a Espanha ou os Estados Unidos (os principais destinos dos latinoamericanos).¹⁷ Primeiro são atingidos pelos países de origem, que não geram as condições necessárias para a permanência, por outro, em outros países da região e nos países fora da região (países de trânsito e de destino).

A militarização das fronteiras, a perseguição das mulheres trabalhadoras, e trabalhadores em situação irregular e de criminalização não são práticas exclusivas dos países do norte.

Os pólos de atração no continente são Costa Rica, Venezuela e Argentina. Os maiores exportadores a partir de meados da década de 90 eram: Equador, Argentina e República Dominicana, devido às repetidas crises econômicas, e Colômbia, como um resultado do conflito armado.¹⁸

¹⁶ Gainza, Patricia P. *Mujeres Migrantes y trabajo de cuidado*.

¹⁷ O maior número de imigrantes latinoamericanos vivem nos Estados Unidos, Espanha, Canadá, Reino Unido e Holanda. Destino 1: EEUU. Em 2001, o número de latinoamericanos documentados como residentes nos países da OCDE ascendia a 21 milhões. Estados Unidos continua sendo o maior receptor e o grupo maior de imigrantes é o dos mexicanos. Latinoamericanos pesquisados em os Estados Unidos em 1960 ascenderam a um milhão, para o 2000 foram 14,5 milhões. Destino 2: Espanha. Espanha durante os anos 90 tem sido um receptor emergente especialmente desde Equador, Colômbia e Argentina. Latinoamericanos pesquisados em Espanha em 1995 ascenderam a 90.000 e no 2003 excedeu meio milhão.

¹⁸ Gainza, Patricia P. (2007). *Migrantes y remesas en América Latina. Estados Unidos principal destino de migrantes latinos*.

A intenção de destacar algumas das características dos fluxos migratórios é mostrar suas sobreposições, e os países podem ser ainda grandes emissores e grandes receptores. Isto nos leva a refletir sobre as demandas que procuramos e as garantias que oferecemos como países e sociedades às pessoas migrantes.¹⁹

Os fluxos intra-regionais são tão importantes que o movimento Sul-Sul atinge a metade do total das migrações internacionais. Estamos falando de cidadãos de um país pobre, que são mobilizados para outro país pobre. Nestes países, a vulnerabilidade é muitas vezes tão dramática como nos países do norte e, muitas vezes, menos visível.

Isto nos leva a acreditar na importância de gerar conhecimento e reflexão sobre esta questão nos nossos próprios países, onde os imigrantes são também sujeitos a várias formas de xenofobia.

Muitos Estados mantêm um discurso ambíguo:

apelando para a proteção dos seus próprios cidadãos, que têm migrado para outros países, enquanto aumentam o controle e a repressão dos imigrantes e, em seu próprio território ... Todas estas políticas têm alimentado as tensões e divisões entre trabalhadores de diferentes países, elevando a

*discriminação racial, e aumentando a insegurança de todos os migrantes, especialmente aqueles que estão na área cinza, incluindo exilados, migrantes, crianças migrantes, refugiados e requerentes de asilo.*²⁰

Contrabando de migrantes

O tráfico humano é, sem dúvida, um dos crimes mais perversos e ao mesmo tempo mais lucrativos do nosso tempo. É um fato presente nas sociedades do Mercosul e da América Latina. Na batalha das redes é essencial o papel de todos os atores sociais, mas, sobretudo, das cidadãs e dos cidadãos.

Existe uma ligação intrínseca entre migração irregular e trabalho degradante, onde o contrabando de imigrantes tornar-se um meio que garante o trabalho forçado e, às vezes, o trabalho escravo.²¹

A aspiração no nosso continente é a opção de migração, a livre circulação, a liberdade de residência, integração e trabalho decente, mas o que temos, na realidade, é a migração forçada, tráfico de migrantes, clandestinidade, - isolamento social e trabalho degradante.

A única maneira de parar o contrabando de migrantes é que não existam obstáculos para a mobilidade das pessoas que lhes força a negociar com grupos criminosos para garantir a

¹⁹ GTM - PIDHDD. op.cit.

²⁰ Declaração conjunta da Sociedade Civil sobre as Migrações, Desenvolvimento e Direitos Humanos, apresentado no Segundo Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento, Outubro de 2008, Manila, Filipinas.

²¹ Ylles, Paulo. *A Experiência no Atendimento à Vítima do Centro de Apoio ao Migrante*.

chegada ao destino desejado.

Os Estados devem garantir o direito de mobilidade de todas as pessoas, mas primeiro tem que proteger o direito de optar ou não pela migração. Isto implica combater a pobreza e as diferenças entre ricos e pobres dentro das regiões e entre as regiões. Os estados também devem garantir para cada ser humano o direito de escolher ficar ou não, dentro de um país, independentemente do seu estatuto jurídico.

Algumas respostas

Todos os fatores de exclusão, vulnerabilidade, direitos, privacidade, etc., contribuem em uma ou outra forma a um ambiente fértil para o funcionamento de organizações criminosas do tráfico de pessoas, tornando-se indispensável que contribuam para a informação dos direitos e também da educação, juntamente com nossos povos.

Os migrantes do mundo querem viver em seus países, cidades ou aldeias. Eles não querem viajar longas distâncias, ligar a grupos criminosos, sofrer abuso e discriminação de seus empregadores e dos seus novos vizinhos. Isso não é possível devido aos processos de apropriação da riqueza e efeitos de um sistema econômico e social gerador de exclusão. Se os Estados Unidos e a União Europeia, o Norte Global em geral, querem receber menos imigrantes devem contribuir para o desenvolvimento dos países de origem em conformidade com os percentuais estabelecidos para ajudar ao desenvolvimento e parar a produção das corporações transnacionais

predadoras da natureza na América Latina que se tornaram importantes fatores de deslocamento.

Por sua vez, os nossos governos deveriam gerar alternativas que considerem atuais formas de organização e que contemplem a soberania alimentar e energética.

Os Estados -europeus, americanos ou sulamericanos- não podem ignorar as suas responsabilidades sociais e políticas, nem os Estados do norte, a respeito de suas ações nos países do sul. Tem a responsabilidade e a obrigação de avaliar as suas políticas em consonância com o objetivo da realização dos direitos de todas as pessoas residentes no seu território e os residentes nos países onde têm interesses.

Além disso, precisamos de uma sociedade civil ativa na promoção e defesa dos direitos dos migrantes, com propostas claras para os governos que excedem a especulação econômica. É necessário que a sociedade civil desenvolva critérios de convivência e respeito às diferenças no coração de nossas sociedades e isso só é possível educando numa cultura de direitos.

A lógica internacional de tratamento do tema é limitado até a securitização de migração. A imigração é sempre questão abordada somente pelos ministérios do interior. Pensamos que é uma questão que cabe também às autoridades de cultura, educação, desenvolvimento social e planejamento.

É essencial exigir às nossas autoridades a atualização e coordenação das leis de

imigração na região se tornando mais acessível e eficiente.

É necessário estabelecer acordos multilaterais destinados à abertura à imigração e a reforçar os impactos positivos das migrações, tanto nas origens como nos destinos. Isto deve ser co-executado por governos e grupos de migrantes.

Estas iniciativas seriam uma boa base de partida para a construção de uma cidadania sul-americana que liquide os conflitos migratórios na região.

Bibliografia

CASTLES, Stephen “Por qué fracasan las políticas migratorias” en Revista *Migraciones*, N. 15, junio 2004. Disponível em: <http://www.ciudad-derechos.org/espanol/pdf/eec.pdf>

DEAN, Matteo. “Frontex Europa”, La Jornada, , Cidade do México, México, 21 de maio 2007.

GAINZA, Patricia. Conferência: “Inserción de las migraciones latinoamericanas en las migraciones globales: ¿cómo migran las y los latinoamericanos?” (Atualização da magnitude da migração na América Latina), Congresso: Seminário “Derechos de los migrantes”, Direitos Humanos Direção do Ministério de Educação e Cultura, Maldonado, Uruguai, 14 de agosto de 2008

GAINZA, Patricia P. “Mujeres Migrantes y trabajo de cuidado”, Revista *Entre Tierras*, Quito, Ecuador, 2008

GAINZA, Patricia P. “Migrantes y remesas en América Latina. Estados Unidos principal destino de migrantes latinos”, em: Anuario Universidad Bolivariana de Venezuela, Caracas, Venezuela, 2007.

GTM - PIDHDD. Pesquisa Relatório sobre Direitos Humanos: “I Informe Migraciones y Derechos Humanos”, abril, Bogotá, Colômbia, 2008.

JUAREZ, Vilma, Zully LAVERDE y Patricia GAINZA. Conferência “Causas y consecuencias de las nuevas políticas de retorno forzado en los derechos de las personas migrantes”, Grupo de Trabalho Migrações da Plataforma

Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento, III Fórum Social Mundial das Migrações, 12 de setembro 2008, Vaciamadrid, Madrid, Espanha.

MARMORA, Lelio. *Las políticas de migraciones internacionales*, OIM, Alianza Editorial, Buenos Aires, Argentina, 2007.

RAMIREZ, Carlota et al. “Cruzando fronteras: Remesas, género y desarrollo”. Internacional de Pesquisa e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher (INSTRAW), Santo Domingo, República Dominicana, 2005.

YLLES, Paulo. “A Experiência no Atendimento à Vítima do Centro de Apoio ao Migrante”, no: V Encontro Internacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, Salvador, Bahia, Brasil, 2008.